

2.4 — Sistema Patrimonial
Classificação e significação das contas patrimoniais
Lançamentos básicos do sistema
Balanceiro e Balanço Patrimonial
2.5 — Sistema de Compensação
Classificação e significação das contas de compensação
Lançamentos básicos do sistema
Balanço dos sistemas de compensação
2.6 — Lançamentos Especiais
Constituição e baixa de restos a pagar
Recolhimento de Adiantamento não aplicado
Reavaliação de Bens
Divida Ativa
Abertura de Créditos Adicionais
Transposição de Dotações
Matemática
1 — Juros Simples
1.1 — Cálculo da taxa, do tempo
1.2 — Cálculo dos Juros, Capital e Montante
2 — Descontos Simples
Português
1 — Redação
2 — Ortografia Oficial
3 — Acentuação gráfica
4 — Flexão nominal e verbal
5 — Pronomes: uso e colocação
6 — Pronomes de tratamento

7 — Concordância verbal
8 — Concordância nominal
9 — Verbos impersonais
10 — Crase
11 — Pontuação

2 — As provas serão realizadas em dia, hora e local publicados pelo Órgão Oficial, com antecedência de, no mínimo 10 dias, e o candidato admitido no concurso deverá comparecer com antecedência de 30 minutos, munido de seu cartão de identificação.

3 — Atribuir-se-á nota zero à prova que apresentar sinal, expressão ou convenção que possibilite identificação.

4 — Somente será considerado habilitado o candidato que obtiver no mínimo 50 pontos na média geral das provas.

5 — A nota final será a soma da média aritmética das notas obtidas nas diferentes provas com o número de pontos atribuídos por experiência de trabalho em estabilidade pública, à razão de meio ponto por mês, até o máximo de cinquenta pontos.

6 — A identificação das provas somente será feita após a avaliação.

7 — Em nenhuma hipótese haverá revisão de provas ou segunda chamada. O não comparecimento a uma prova importará em desistência total e proibição de concorrer às demais.

IV — Dos Recursos

Desde que verse sobre matéria de direito, do indeferimento de inscrição, do julgamento de provas e da decisão de desempate caberá recurso para o Presidente do Tribunal (art. 21 do Provimento 1-77).

O recurso será interposto por petição, no prazo de 5 dias, contados da publicação do ato recorrido, e dirigido ao Presidente da Comissão, que determinará, se em termos, o seu processamento.

Admitido o recurso, sobre ele se pronunciará a Comissão, reformando ou mantendo o ato recorrido, com a remessa dos autos, na última hipótese, à Presidência do Tribunal.

V — Disposições Gerais

1 — Os candidatos habilitados serão classificados de acordo com a nota final.

2 — No caso de igualdade de classificação, proceder-se-á ao desempate, segundo os critérios constantes do art. 21 do Provimento 1-77, da Presidência do Segundo Tribunal de Alçada Civil.

3 — O concurso terá a validade por 2 anos, a contar de sua homologação final.

(23)

SECRETARIA

Acham-se abertas no saguão da Secretaria do Segundo Tribunal de Alçada Civil, 16º andar, Fórum João Mendes Jr., de 11 a 25 de maio de 1981, das 9 às 11 horas, as inscrições ao concurso de provas para o provimento, em caráter efetivo, de 3 cargos de Eletricista, 1 cargo de Encanador e 2 de Reparador Geral, Padrão "7-A", do Quadro da Secretaria do Segundo Tribunal de Alçada Civil, com prestação de 40 horas semanais de serviço, sob Regime de Dedicação Exclusiva.

Dos Vencimentos

I — Os vencimentos iniciais dos cargos, padrão "7-A", correspondem atualmente a Cr\$ 18.778,00 mensais, de que trata a Lei Complementar n.º 247, de 6 de abril de 1981, publicada no Diário Oficial de 7-4-81.

II — Os funcionários que vierem a prover os cargos, ficarão sujeitos à jornada completa de trabalho (prestação de 40 horas semanais de trabalho).

O editorial, na íntegra, foi publicado no D.O. de 21 de abril de 1981, página 30, Seção I.

(23-24)



PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

RESOLUÇÃO N.º 631, DE 22 DE ABRIL DE 1981

Dá a denominação de "Tribuno Ibrahim Nobre" ao Parlamento da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14 da II Constituição do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte resolução:

23.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 9.ª LEGISLATURA, EM 6 DE ABRIL DE 1981

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As 14h30min abre-se a sessão, com a presença dos Srs. Deputados: Abrahim Dabus — Ademar de Barros — Agenor Lino de Mattos — Almir Pizzaniotto Pinto — Álvaro Fraga — André Benassi — Antônio Carlos Mesquita — Antônio Rez — Rubens Lara — Maurício Najar — Armando Pinheiro — Vicente de Paulo Penido — Benedito Campos — Carlos Zuppo — Célio dos Santos — Delfim Neves — Edson Real — Edson Tornaz de Lima — Eduardo Matarazzo Suplicy — Emílio Justo — Evandro Mesquita — Fausto Rocha — Fauze Carlos — Fernando Morais — Flávio Flores da Cunha Bierrenbach — Francisco Dias — Franco Baruselli — Geraldo Siqueira — Geraldo Menezes — Goro Hama — Hatório Shimomoto — Hélio César Rosas — Irma Passoni — Ivan Espindola de Avila — Jairo Mattos — Januário Mantelli Neto — Jihei Noda — João Baptista Breda — João Gilberto Sampaio — José Bustamante — José Eduardo Rodrigues — José Felicio Castellano — Archimedes Lamoglia — Silveira Sampaio — José Storopoli — José Yunes — Luiz Máximo — Luiz Carlos Santos — Sérgio Santos — Manoel Sala — Marcelino Romano Machado — M.A. Castello Branco — Marcos Aurélio Ribeiro — Marcos Cortes — Mauro Bragato — Milton Baldochi — Nabi Chedid — Nodécio Nogueira — Oscar Yazbek — Osmar Ribeiro Fonseca — Oswaldo Doreto — Reginaldo Valadão — Renato Cordeiro — Ricardo Izar — Roberto Purini — Robson Marinho — Sérgio Morinaga — Sylvio Martini — Theodosina Rosário Ribeiro — Vanderlei Macris — Vanderlei Simonato — Vicente Botta — Málek Assad — Waldeimar Chubaci — Hévio Nunes da Silva — Walter Auada — Walter Lemes Soares e Walter Mendes. Licenciado o Sr. Deputado Mário Ladeia.

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Convidado o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETARIO (Vicente Botta — PTB) Procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Januário Mantelli Neto — PDS) — Convidado o Sr. Vicente Botta para, como 1.º Secretário *ad hoc*, a proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1.º SECRETARIO (Vicente Botta — PTB) Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

EMENTÁRIO DA 23.ª SESSÃO ORDINÁRIA

PEQUENO EXPEDIENTE

- Presidente Januário Mantelli Neto — Abre a sessão. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária, a realizar-se 60min após o término da presente.
- Eduardo Matarazzo Suplicy — Peio artigo 83, dá conhecimento de carta e telex enviados ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral — Brasília — DF.

PRESIDÊNCIA dos Srs. Januário Mantelli Neto e Walter Auada

SECRETÁRIO, Sr. Vicente Botta

- Presidente Januário Mantelli Neto — Lê requerimento solicitando a suspensão dos trabalhos em homenagem póstuma ao ex-Deputado Ademar Carvalho Gomes. Constata não haver número regimental de Deputados para a votação.
- Eduardo Matarazzo Suplicy — Comenta a repressão dos órgãos de segurança contra o trabalho de filiação desenvolvida pelos membros do PT.
- Reginaldo Valadão — Critica a mensagem de aumento do funcionalismo e reivindica aumento para os funcionários da FEPASA.
- Walter Auada — Assume a Presidência.
- Flávio Flores da Cunha Bierrenbach — Fala da visita que fez a Andirá, PR, para, junto com outras personalidades políticas, participar de ato público contra a desativação do trem Ourinhos-Maringá.
- Emílio Justo — Dá conhecimento de solenidade realizada pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo, em homenagem ao ex-Deputado Fábio Rubens Palva. Lê editorial do jornal «Folha de S. Paulo», publicado em 3-4-81.
- Osmar Ribeiro Fonseca — Refere-se a declarações do Deputado Fauze Carvalho sobre a aproximação do Sr. Jânio Quadros ao Governador Paulo Maluf, reafirmando a posição de seu partido diante do caso.
- Vanderlei Macris — Reclama ao Governo uma solução para a crise que atraíssam as indústrias têxteis de Americana.
- Fernando Morais — Verbera contra a conclusão do inquérito que averiguou os incidentes da Freguesia do O. Protesta por esses incidentes terem se repetido na região de Pinheiros e manifesta-se solidário aos integrantes do PMDB, PT e PDT defuntos naquela ocasião.
- Sérgio Morinaga — Requer voto de congratulações com a Justiça do Brasil, por ter dado ganho da causa a Suemitsu Miyamura, na ação movida contra o Estado do Paraná.
- Walter Auada — Lê e comenta a Orla nos quartéis no dia 31-3, de autoria do Sr. Ministro do Exército.
- Ivan Espindola de Avila — Comunica a realização da XXX Convenção Nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular, também conhecida como Cruzada Nacional de Evangelização.

GRANDE EXPEDIENTE

- Fernando Morais — Lê documento em que vários Deputados aderem ao ato público promovido pelos sindicatos e entidades ligadas ao ensino, contra o genocídio cultural praticado pelo regime uruguaio.
- Francisco Dias — Pelo artigo 83, solicita a suspensão dos trabalhos por uma hora.
- Presidente Walter Auada — Acoche o requerimento e suspende a sessão até às 16h29min.
- Discussão e votação da Moção n.º 155, de 1979, apresentada pelo deputado Célio dos Santos, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de determinar a proibição da promoção ou propaganda de produtos com ofertas de brindes destinados à venda para crianças. Parecer n.º 975, de 1979, da Comissão de Economia, favorável.
- Discussão e votação da Moção n.º 166, de 1979, apresentada pelo deputado Vicente Botta, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de determinar o saneamento financeiro do Hospital São João, de Registro. Parecer n.º 1.045, de 1979, da Comissão de Saúde, favorável.
- Discussão e votação da Moção n.º 174, de 1979, apresentada pelo deputado Álvaro Fraga, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de serem combatidas as erosões nas proximidades das áreas urbanas. Parecer n.º 1.242, de 1979, da Comissão de Obras Públicas, favorável.
- Discussão e votação da Moção n.º 191, de 1979, apresentada pelo deputado Vanderlei Simonato, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de ser liberada a venda de gasolina, em recipientes de pequena quantidade, para abastecimento de emergência. Parecer n.º 1.023, de 1979, da Comissão de Transportes, contrário.
- O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLICY — (PT — Pelo artigo 83) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou enviando um telex e também carta ao Ministro João Leitão de Abreu, DD. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral — Brasília — D.F., nos seguintes termos:

«Senhor Presidente:
Venho informar ao Tribunal Superior Eleitoral que o Governador Paulo Maluf vem utilizando os órgãos responsáveis pela Segurança Pública em São Paulo no sentido de intimidar, restringir e impedir a livre formação de partidos da Oposição legalmente inscritos junto a esse órgão. Notadamente, o partido dos trabalhadores está sendo o alvo mais atingido pelo Governo Paulista.

Sábado último, 4 de abril, por volta das 12 horas, ocorreram duas ações policiais na cidade de São Paulo contra membros do PT quando estavam convocando a população a preencher fichas de inscrição partidária. No Largo de Pinheiros foram detidos e levados ao DEOPS 11 membros do PT empenhados naquela tarefa, em torno de uma mesa portátil sobre cavalete. Foi detido também o Presidente do PT, de Vila Madalena, Altino Dantas, que a poucos metros distinguiu um panfleto que alertava a população do bairro para que tomasse cuidado com o Governador que estava realizando o chamado «Governo de Integração» a pouco mais de 10 quartéis do local.

Simultaneamente, na feira da Penha, do outro lado da cidade, 13 membros do PT foram detidos por estarem convocando a população a se filiar ao PT, tomando nota dos nomes e endereços dos interessados. Logo que soube do primeiro episódio, dirigi-me ao local onde se encontrava o Governador na Escola Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, em Vila Madalena, com o objetivo de solicitar que revertesse aquela ordem. O Governador recusou-se a ouvir-me, embora o Prefeito Reynaldo de Barros tivesse me ouvido e mostrado preocupação diante dos fatos que relatei. Fui então atendido pelo Diretor do DEOPS, Dr. Romeu Tuma, que designou o Delegado Schiavenato para me acompanhar.

Discussão e votação da Moção n.º 134, de 1979, apresentada pela Comissão de Turismo, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de que a Festa do Peão de Boaadeiro, realizada em Barretos, seja registrada junto ao Ministério da Educação e Cultura.

Discussão e votação da Moção n.º 155, de 1979, apresentada pelo deputado Célio dos Santos, apelando para o Sr. Presidente da República no sentido de determinar a realização de 40 horas semanais de serviço, sob Regime de Dedicação Exclusiva.